
DO PAPIRO AO CODEX

O impacto da mídia na transmissão do conhecimento e na elaboração do pensamento

Odair Aguiar

Abril de 2026

Bloco de Mediação IA

Autor original: Odair Aguiar

Ferramenta de IA: ChatGPT

Prompt: Revise e Reorganize o texto em anexo

Epígrafe

“O texto é um discurso fixado pela escrita.”

— Paul Ricœur

Resumo

Neste ensaio, examino a transição do rolo de papiro para o códice como um processo material decisivo para a transmissão da filosofia grega. Defendo que essa mudança não pode ser compreendida apenas como uma evolução técnica do suporte de escrita, mas deve ser analisada como um fenômeno que impactou profundamente a forma de leitura, a organização do conhecimento e, conseqüentemente, a própria elaboração do pensamento filosófico. Ao longo do texto, argumento que a adoção do códice — especialmente impulsionada por comunidades cristãs — implicou não apenas preservação, mas também seleção e transformação do legado filosófico. Por fim, sustento que a filosofia que chegou até nós é, em grande medida, resultado de um processo histórico mediado, no qual materialidade, cultura e interpretação se entrelaçam.

1. A transição do papiro ao códice

Um ponto fundamental para a análise crítica do que nos chegou em termos de documentação dos filósofos gregos é reconhecer que a passagem do rolo de papiro (volumen) para o códice (codex) não ocorreu de forma abrupta, nem pode ser associada a um momento histórico único. Trata-se, antes, de um processo gradual, bem documentado pela paleografia e pela história do livro, que se inicia aproximadamente no século II d.C., prolonga-se por vários séculos e se consolida apenas entre o final do século VI e meados do século VII d.C. Estamos, portanto, diante de uma transformação que se estende por cerca de quatro a cinco séculos, o que já indica que não se trata de uma simples substituição técnica, mas de uma mudança estrutural na forma de registrar, organizar e transmitir o conhecimento.

Se voltarmos ao período clássico, entre os séculos V e IV a.C., observamos que filósofos como Platão e Aristóteles escreviam em rolos de papiro, em um contexto no qual a leitura era essencialmente contínua, muitas vezes realizada em voz alta e frequentemente dependente de mediação especializada. O texto não era um objeto de consulta rápida, mas um fluxo discursivo que exigia acompanhamento linear. Nesse cenário, ainda não existe o “livro” no sentido moderno, mas um suporte que condiciona a experiência do pensamento a uma forma sequencial e performática.

Mesmo no período helenístico e romano, essa lógica permanece dominante. As grandes bibliotecas, como Alexandria e Pérgamo, organizam seus acervos em rolos, e evidências arqueológicas, como os papiros de Herculano, confirmam a persistência desse modelo. A mudança começa a se delinear apenas a partir dos séculos II a IV d.C., quando o códice surge e passa a coexistir com o rolo, inaugurando uma fase de transição.

2. Transformações na leitura e no pensamento

A introdução do códice não representa apenas uma inovação material; ela altera profundamente a forma de interação com o texto. Enquanto o rolo impõe uma leitura linear e contínua, o códice permite ao leitor folhear, retornar, comparar e fragmentar a leitura. Essa mudança aparentemente simples tem consequências profundas: o texto deixa de ser apenas um fluxo e passa a ser um objeto manipulável, passível de organização interna e análise sistemática.

No contexto do rolo, a leitura está fortemente vinculada à memória oral e à performance. Já no códice, emerge a possibilidade de estudo comparativo, de anotação e de construção de sistemas interpretativos mais complexos. É nesse ambiente que se desenvolvem práticas que posteriormente darão origem à escolástica e à tradição dos comentários.

Dessa forma, não podemos considerar que apenas o texto foi transmitido ao longo desse processo. O que ocorreu foi uma transformação do próprio modo de pensar. O suporte material não é neutro: ele condiciona a forma de leitura e, conseqüentemente, a forma de elaboração intelectual. O códice, ao permitir uma leitura não linear, favorece a sistematização do conhecimento e a construção de estruturas conceituais mais complexas.

3. O papel das comunidades cristãs

Ao analisarmos a difusão do códice, observamos que as comunidades cristãs desempenharam um papel decisivo nesse processo, ainda que não exclusivo. Há evidências paleográficas consistentes de que, já nos séculos II e III d.C., textos cristãos aparecem majoritariamente em formato de códice, enquanto textos pagãos continuam, em grande parte, sendo copiados em rolos. Essa diferença sugere não apenas uma adoção precoce, mas uma preferência consciente.

Essa preferência pode ser compreendida em três níveis. Em primeiro lugar, há razões práticas: o códice permite reunir múltiplos textos em um único volume, o que é particularmente útil para a compilação de Evangelhos, cartas e outros escritos. Em segundo lugar, há razões culturais: o uso do códice contribui para a diferenciação em relação à tradição pagã, marcando uma identidade textual própria. Por fim, há razões teológicas: o cristianismo se estrutura como uma religião do livro, exigindo organização, comparação e circulação de textos em comunidades.

Nesse sentido, não apenas os cristãos adotaram o códice, mas também que atuaram como agentes ativos na sua difusão e consolidação. Ao fazê-lo, contribuíram decisivamente para a forma como o conhecimento — incluindo a filosofia grega — foi preservado e transmitido.

4. Seleção, perda e preservação

A transição do rolo para o códice não foi neutra. Ela implicou um processo de seleção que determinou quais obras seriam preservadas e quais se perderiam. Ao observar o que chegou até nós, identifico padrões claros: os pré-socráticos sobreviveram majoritariamente em fragmentos, preservados por meio de citações indiretas; os sofistas são conhecidos principalmente através de seus críticos, como Platão e Aristóteles; e parte significativa da obra de Aristóteles — especialmente seus escritos mais literários — desapareceu.

Por outro lado, Platão foi amplamente preservado, possivelmente devido à sua compatibilidade com determinadas correntes do pensamento cristão, especialmente no que diz respeito à primazia do imaterial e à concepção de uma realidade inteligível. Aristóteles também foi preservado, mas frequentemente reinterpretado dentro de sistemas filosóficos posteriores, como na escolástica medieval.

Esse cenário nos leva a identificar um critério implícito de seleção: tendem a sobreviver os textos que são mais facilmente copiáveis, pedagogicamente úteis e compatíveis com visões dominantes. Em contrapartida, perdem-se aqueles que são mais performáticos, literários ou que apresentam tensões com o pensamento hegemônico.

5. Implicações filosóficas

A consequência mais profunda dessa análise é que a transmissão dos textos filosóficos não pode ser considerada um processo neutro. Ela funciona como um filtro histórico, no qual materialidade, cultura e poder desempenham papéis fundamentais. A filosofia grega que temos hoje não é apenas um legado direto do pensamento antigo, mas o resultado de um processo de mediação, no qual escolhas — conscientes ou não — foram feitas ao longo dos séculos.

Se levarmos essa ideia às últimas consequências, talvez conheçamos melhor um Platão já interpretado e um Aristóteles já sistematizado do que suas formas históricas originais. Mais ainda: é possível que correntes como a sofística tenham tido uma relevância muito maior do que aquela que lhes atribuímos, mas que tenham sido desfavorecidas no processo de transmissão.



Por fim, reconheço que existem métodos rigorosos para a reconstrução da filosofia antiga, como a doxografia, a crítica textual e a análise contextual. No entanto, esses métodos não eliminam os limites inerentes ao processo. Não reconstruo “o que foi”, mas apenas “o que provavelmente foi”. Nesse sentido, a reconstrução da filosofia antiga situa-se em um espaço intermediário entre a investigação científica e a interpretação hermenêutica.

Referências

BAGNALL, Roger S. *Early Christian Books in Egypt*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

GAMBLE, Harry Y. *Books and Readers in the Early Church*. New Haven: Yale University Press, 1995.

HURTADO, Larry W. *The Earliest Christian Artifacts: Manuscripts and Christian Origins*. Grand Rapids: Eerdmans, 2006.

ROBERTS, Colin H.; SKEAT, T. C. *The Birth of the Codex*. Oxford: Oxford University Press, 1983.

TURNER, Eric G. *The Typology of the Early Codex*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1977.